



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Fortaleza recebe Secretários Estaduais de Educação do Brasil para debater Educação em tempo integral

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 21/9/2010



CLIPPING

Veículo: Site do CONSED	Editoria: Notícias	Data: 20//09/10
Assunto: Fortaleza recebe Secretários Estaduais de Educação do Brasil para debater Educação em Tempo Integral		Página: online

Fortaleza recebe Secretários Estaduais de Educação do Brasil para debater Educação em Tempo Integral

(20/09/2010 - 09:27)

A cidade de Fortaleza-CE recebeu, na última sexta-feira, 17, a III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). O evento reuniu gestores dos Estados e do Distrito Federal para debater sobre políticas educacionais voltadas à Educação de Tempo Integral.

A abertura do evento contou com as participações da Secretária de Educação do Ceará, Izolda Cela, da presidente do Consed, Yvelise Arco-Verde, do presidente do Conselho Estadual de Educação, Edgar Linhares, e da Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria do Pilar Almeida Lacerda e Silva. Todos ressaltaram a relevância das discussões em torno da temática e da troca de experiências entre os Estados.

Em seguida, a Secretária Izolda Cela fez uma apresentação com enfoque na experiência de educação em tempo integral desenvolvida no Ceará. A gestora expôs aos demais Secretários a evolução dos resultados da rede estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), o Programa Aprender Pra Valer e o Programa Estadual de Educação Profissional.

Para falar sobre a ampliação da educação em tempo integral, foi convidada a professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Lúcia Velloso Maurício. Em sua participação, mostrou entre outros aspectos duas possibilidades para implantar a iniciativa: uma com foco na escola, que tem a escola como eixo da ampliação e outra com foco no entorno da escola, tendo como concepção a cidade educadora. “Cada lugar é um lugar. É necessário ver qual proposta é a mais adequada”, salientou.

Na sequência, a diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Jaqueline Moll, abordou os desafios para a institucionalização da educação integral como política educacional. Destacou a realização do evento como parte integrante da construção da agenda pública em favor da educação de tempo integral. Após as palestras, foi aberto um momento para o debate. As duas temáticas fizeram parte do Painel, mediado pela secretária de Educação do Mato Grosso, Rosa Neide Sandes de Almeida.

Troca de Experiências

Dando continuidade à reunião, sob a coordenação do Secretário de Educação do Distrito Federal, Marcelo Aguiar, foi a vez do painel sobre experiências estaduais em Educação de Tempo Integral.



A Secretária de Educação de Goiás, Milca Severino Severino, iniciou o painel expondo que a Educação de Tempo Integral é “um espaço público para construção de cidadania”. A gestora apresentou o modelo de funcionamento das escolas, a proposta metodológica, as atividades curriculares, artísticas e culturais, a organização do tempo escolar, composto por 10 horas diárias, além dos critérios para se instituir uma escola e uma análise dos resultados obtidos após a implantação das escolas de Tempo Integral, que foram iniciadas no Estado de Goiás em 2006.

Em seguida, a Subsecretária de Educação Integral do Distrito Federal, Ivanna Sant'ana Torres, mostrou aos demais Secretários o modelo de Educação de Tempo Integral lá implantado. Atualmente o Distrito Federal possui 293 escolas de Tempo Integral, que beneficiam 39.491 alunos. A Subsecretária também apresentou as diretrizes da educação integral, a organização curricular, além das perspectivas para o ano de 2011.

A gerente geral de Educação Integral da Secretaria da Educação de Pernambuco, Maria do Socorro Rodrigues dos Santos, expôs as experiências do seu Estado. A rede estadual pernambucana possui 60 escolas de Tempo Integral e 100 de Tempo semi-integral. Apresentou também o objetivo desse tipo de ensino, os critérios para a implantação de uma escola, e ainda, como ocorre o ingresso dos alunos e o modelo de educação profissional.

A apresentação das experiências estaduais foi encerrada pela Secretária de Educação do Paraná e Presidente do Consed, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, que começou salientando que “se quer Tempo Integral para formar um homem melhor”. A gestora também apresentou a proposta pedagógica de tempo integral no seu Estado. Em seguida, foi aberto um momento para debate.

Para encerrar a programação do encontro, a professora Roseli de Deus Lopes, apresentou a pesquisa, elaborada pela Fundação Victor Civita: “O Uso de Computadores e da Internet nas escolas públicas brasileiras”. A diretora da entidade, Ângela Dannemann, também esteve presente.

A próxima reunião do Consed será realizada nos dias 2 e 3 de dezembro, em Palmas, no Tocantins.

Patrícia Kinoshita / Ascom/Seduc – CE



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 21/9/10
Assunto: Pessoas com deficiência sofrem preconceito ao estudar		Página: online

Pessoas com deficiência sofrem preconceito para estudar

O preconceito dos parentes ainda é uma barreira para a plena inserção de pessoas com deficiência na sociedade e, principalmente, na escola. Pesquisa feita entre outubro de 2008 e outubro de 2009, com 190 mil famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mostrou que 52% das famílias acreditam que não adianta colocar o deficiente na escola. O BPC atende a idosos que não recebem nenhum tipo de auxílio previdenciário e a pessoas com deficiência, incluindo crianças e adolescentes, oferecendo um salário mínimo.

Para tentar mudar essa realidade, o Ministério da Educação (MEC) reuniu na semana passada, em Brasília, especialistas dos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e da Saúde, além de representantes do Ministério Público e da Secretaria dos Direitos Humanos para traçar ações que ajudem na inserção de pessoas com deficiência na escola. Para isso, foi instituído o programa BPC na Escola.

A diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Maria José de Freitas, disse que o intuito do programa é de identificar barreiras sociais no dia a dia. Segundo ela, a iniciativa deverá combater as desigualdades e o preconceito que os deficientes encontram para ter acesso à educação.

“A ideia do BPC na Escola é promover e garantir a permanência das crianças nas escolas, tendo como eixo principal a identificação de crianças que estão fora da escola e quais as barreiras que as impedem de estudar ou, em alguns casos, de continuarem no ambiente escolar. A ação articulada é uma maneira de confrontar essa realidade e trazer soluções a esse grupo”, disse.

Segundo a Agência Brasil, a pesquisa também indicou que 68% dos beneficiários atualmente vão à escola; 18% já foram, mas hoje estão fora da sala de aula, enquanto 14% nunca frequentaram o ambiente escolar. O programa BPC foi estendido à assistência escolar a fim de oferecer subsídios aos portadores de deficiência no acesso à educação.



Outro dado importante da pesquisa destaca a dependência das pessoas com deficiência para ir à escola. De acordo com o levantamento, 80% dos beneficiários que frequentaram a escola precisavam de alguém que os levassem, e dos que estão matriculados, 73,6% necessitam de um acompanhante.

Atualmente cerca de 2,6 mil municípios brasileiros, equivalente a 47% do total, têm o programa BPC. De acordo com a diretora, a ideia é capacitar mais técnicos para que o acesso à iniciativa abranja todos os municípios.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 21/9/10
Assunto: MPF recomenda que Enem tenha tradutor de libras		Página: online

MPF recomenda que Enem tenha tradutor de libras

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul recomendou que os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com deficiência auditiva tenham direito a um intérprete ou tradutor de Libras (língua brasileira de sinais) presente no momento da prova. Esse profissional precisa ter, obrigatoriamente, aprovação em exame de proficiência em libras e nível superior.

Durante a prova de redação, o intérprete é encarregado por traduzir os símbolos da Libras comunicados pelo candidato para o português. Segundo o MPF, “atualmente a tradução de Libras para o português é prejudicada porque os profissionais não têm a devida habilitação”. Com isso, o desempenho do candidato no exame escrito fica comprometido.

De acordo com a Agência Brasil, a recomendação foi enviada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que tem dez dias para se manifestar. Ela não tem valor de ordem judicial, mas deve ser observada para evitar futuras ações judiciais.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 20//09/10
Assunto: Enem: as dicas dos educadores		Página: online

Enem: as dicas dos educadores

Refazer a prova do ano passado é uma delas. Exame será aplicado nos dias 6 e 7 de novembro

Conhecer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a principal recomendação de educadores aos estudantes que deixaram para a última hora o preparo para a avaliação que será aplicada nos dias 6 e 7 de novembro.

“É uma avaliação interdisciplinar que leva em consideração, além do conhecimento teórico, competências e habilidades, como interpretação de textos e tabelas”, diz a coordenadora geral do cursinho da Poli, Alessandra Venturi. Por isso, a dica é que o estudante refaça a prova do ano passado para saber em quais disciplinas tem mais dificuldade. “Isso vai nortear os estudos. Se os problemas foram maiores em português, por exemplo, o estudo deve ser focado nessa matéria.”

Átila Granado Afonso de Farias, professor particular de acompanhamento pedagógico, reforça, no entanto, que nenhuma disciplina seja deixada de lado. “Não dá para se preparar totalmente em um mês e meio, mas dá para melhorar um pouco. As matérias em que se tem mais facilidade também precisam ser repassadas.” Outra dica é que seja estabelecida uma rotina de estudo e que celulares, televisão e computador fiquem longe dos livros neste momento. “O que importa é a qualidade do estudo, não só o tempo”, afirma Alessandra.

Segundo os educadores, apesar do escândalo do vazamento da prova do Enem de 2009 e de suas notas não serem utilizadas nos vestibulares da Fuvest e da Unicamp deste ano, a avaliação não perdeu importância. “As notas serão usadas por universidades federais e uma série de instituições importantes”, diz Alessandra.

A coordenadora do cursinho da Poli explica, ainda, que o modelo de avaliação do Enem cobra competências que deveriam ser ensinadas na escola. “Exige o raciocínio lógico. Os professores têm de ensinar aos alunos a interpretar texto. Não é apenas ler. Os estudantes têm de entender assuntos do dia a dia, como trânsito,



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – www.sed.sc.gov.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – imprensa@sed.sc.gov - ramais: 6161, 6163

pré-sal e globalização, e saber que eles envolvem várias disciplinas. Esse é o modelo correto de ensino.”

Nos dias 11 e 12 de outubro o Cursinho da Poli fará um simulado gratuito da prova do Enem. As inscrições começam na quinta-feira. Mais informações no site: www.cursinhodapoli.org.br.

4,6 milhões de estudantes estão inscritos no Enem. Quase 830 mil são de São Paulo

SERVIÇO

A prova do Enem será aplicada nos dias 6 e 7 de novembro, às 13h. Os portões serão fechados às 12h55. É preciso levar documento de identidade original, comprovante de inscrição e caneta preta



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 20//09/10
Assunto: Pais e escola trocam acusações após bullying		Página: online

Pais e escola trocam acusações após bullying

Caso em que menino de 9 anos teve de lambear vaso sanitário acabou em transferência e expulsão em colégio tradicional

Ter as bochechas apertadas, ser beliscado e até virar alvo de gozação de toda a turma, até certo ponto, fazem parte dos percalços da convivência escolar. Mas e se a “brincadeira” é colocar a cabeça dentro do vaso sanitário e enfiar a língua dentro d’água, como L., de 9 anos, fez a pedido de alguns colegas?

Pais e direção não souberam como agir no caso do aluno do 4.º ano do ensino fundamental da tradicional escola particular Ofélia Fonseca, no bairro de Higienópolis, em São Paulo. A história de L., assediado por colegas há um ano, provocou um jogo de empurra de responsabilidade entre família e escola.

Quando soube do episódio, a mãe de L., a jornalista Ana Paula Feitosa, de 38 anos, ficou muito nervosa e também incomodada com a falta de ação da escola, onde seu ex-marido havia estudado. “Fiquei sozinha nessa história. Achei um descaso”, conta ela, que diz ter procurado o colégio por várias vezes no último ano para tentar dar fim às chacotas contra o filho.

O dono do Ofélia Fonseca, Sergio Brandão, afirma que foram “tomadas as medidas” e diz estar “tristíssimo” com o caso, que culminou na transferência de L. e na expulsão de outro colega, supostamente um dos algozes. “Foi como perder um filho.”

Para Brandão, a fragmentação das famílias, com pais ausentes, atrapalha o ambiente escolar. “Às vezes, as crianças chegam chateadas e têm atitudes imprevisíveis. Elas não dão problema. Os adultos, sim.”

A história de L. não é um caso isolado de bullying em escola particular. Com medo da repercussão negativa, os colégios em geral abafam os episódios. Os pais, preocupados com o estigma, escondem a situação.

Ana Paula preferiu inverter a lógica do silêncio. Para se livrar da angústia que não passava, decidiu contar a história de seu filho. “Ele sempre foi fechadinho, imaturo e quietinho; é filho único. Mesmo assim, nunca achei que fosse acontecer com ele. Agora, sempre alguém vem com um caso para me contar.”

Para especialistas na área, a jornalista e o pai do menino, o técnico em eletrônica Marcelo Cortelazo, de 37 anos, agiram corretamente ao dividir a experiência com outras pessoas. A psicóloga Lídia Webber, do Núcleo de Análise de Comportamento do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, diz que não é possível esconder esse tipo de situação.



A psicóloga considera saudável que o tema seja amplamente discutido pela sociedade. As escolas, tanto particulares como públicas, diz Lídia, não têm conseguido adotar estratégias eficientes para dar conta da violência entre as crianças e adolescentes – e ela tem se intensificado.

“Lá fora, o bullying é tratado na base da tolerância zero”, diz Lídia. E isso não significa que as crianças sejam punidas pelo Estado. Ao contrário, ao menor sinal de que algo anda mal, providências intensas são tomadas, envolvendo pais e direção. “O menino que faz o bullying tem de sofrer consequências, dentro da escola”, diz.

Para Miriam Abramovay, coordenadora de pesquisas da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (Ritla), o acompanhamento escolar cuidadoso e constante é necessário.

No caso do Ofélia Fonseca, as medidas para sanar a situação de L., como conversas entre as crianças, para que elas se conscientizassem sobre o assunto, foram tomadas. “A escola, muitas vezes, faz alguma coisa. Mas essas ações precisam de tempo para amadurecer”, diz Cléo Fante, pedagoga da ONG Plan.

Legislação. Na opinião de alguns especialistas, parte da confusão sobre o que fazer ao se deparar com um caso de bullying na escola particular ocorre porque ninguém tem muito claro como agir. Há lacunas na legislação e faltam políticas específicas.

“Não existe na esfera federal uma política pública sobre isso”, diz Cléo. Projetos de lei tramitam no Congresso, tanto no sentido de prevenir a violência na escola como para criminalizar condutas. Um deles foi aprovado em julho pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e alteraria a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A proposta tem o objetivo de acabar com a “exclusão do aluno do grupo social, a injúria, calúnia e difamação, a perseguição, discriminação e uso de sites e redes sociais para incitar violência”.

No Estado de São Paulo também existe um projeto de lei. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram aprovadas normas nesse sentido. Políticas públicas também foram adotadas pela Secretaria Estadual de Educação paulista, como o Prevenção Também se Ensina.

“Os programas têm diminuído muito os casos de bullying”, diz Jurema Reis Corrêa Panza, coordenadora do departamento de educação preventiva da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, ligada à secretaria.

Nem todos, porém, apostam em políticas públicas antibullying, como Arthur Fonseca Filho, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. “O melhor é que cada escola resolva a situação”, afirma.

Depoimento

ANA PAULA FEITOSA MÃE DE VÍTIMA DE BULLYING

“Ele me ligou na quinta-feira (há duas semanas) e contou que tinha feito uma brincadeira ‘verdade ou desafio’ e teve de lamber a privada. Eu perguntei a ele por que fez isso e ele



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – www.sed.sc.gov.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – imprensa@sed.sc.gov - ramais: 6161, 6163

disse: ‘Mãe, você não está entendendo, eles iam me fazer dançar a dança da galinha.’ Gritei tanto ao telefone, não acreditei e chorei muito.”

Definição do termo

‘Bullying’ é empregado para designar a agressão física ou psicológica entre colegas, que ocorre repetidas vezes, sem motivação concreta.

ibm



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.joinville	Data: 21/9/2010
Assunto: Aulas seguem na Univille até o fim de 2002		Página: 7

UFSC NORTE

Aulas seguem na Univille até o fim de 2012

Com o atraso no campus, instituições discutem reajuste em contrato de aluguel

A diretoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) se reúne amanhã à tarde com a reitoria da Universidade da Região de Joinville (Univille) para renegociar o aluguel de salas de aulas na instituição joinvilense. Prevendo atrasos na construção do campus na Curva do Arroz, às margens da BR-101, a UFSC quer prolongar o acordo até o fim de 2012.

O curso de Engenharia de Mobilidade funciona em dependências da Univille desde a metade de 2009. O objetivo da negociação, segundo o diretor da UFSC Norte, Acires Dias, é que a Univille possa receber mais 800 alunos nos próximos dois anos, totalizando 1,4 mil. Até agora, a UFSC pagou cerca de R\$ 30 mil mensais pelo aluguel, além de ajudar a pagar energia elétrica, água, luz, internet e limpeza.

Mas o custo deve aumentar. O contrato prevê a adaptação de espaços em laboratórios. “São laboratórios leves como o de eletroeletrônica e de maquetaria e projetos, necessários na quinta fase do curso”, explica Acires. Segundo ele, a reunião deve focar no reajuste. “Temos ótima relação com a Univille. Acredito que a questão seja facilmente encaminhada. O encontro é para acertar os valores”.

A Univille tem sinalizado portas abertas para renegociar. O reitor Paulo Ivo Koentopp diz não descartar parceria para ampliar espaços destinados à UFSC. Ele já chegou a defender que a UFSC se instalasse de vez na Univille caso as obras na Curva do Arroz se mostrassem inviáveis.

O início das obras no campus depende de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), segundo Acires. A autorização é necessária para a emissão da licença ambiental de instalação. A licença prévia já foi concedida.

“As obras começam com corte de árvores, depois terraplanagem e a construção dos blocos. Queríamos ter turmas no campus em 2011. Como não vai dar, pretendemos ir em 2013. Não descartamos transição gradativa, com turmas na Univille após isso”, diz Acires.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 21/9/10
Assunto: Pessoas com deficiência sofrem preconceito ao estudar		Página: online

Estratégia fará Moçambique ampliar alimentação escolar

Técnicos do governo de Moçambique estarão no Brasil nas próximas duas semanas para conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), referência internacional na área. A visita faz parte de um acordo de cooperação técnica firmado entre os dois governos que vai traçar uma nova estratégia de alimentação escolar no país africano.

Segundo o chefe do Departamento de Produção e Alimentação Escolar de Moçambique, Felizardo Cremildo, atualmente apenas 6% dos seis milhões de estudantes de Moçambique recebem refeições nas escolas regularmente. “Pretendemos ter um programa com amplo atendimento e que seja sustentável”, afirmou Cremildo.

Ontem (20), foi apresentado à comitiva um resumo do programa brasileiro na sede do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Durante os próximos dias, eles conhecerão detalhadamente o Pnae e irão visitar escolas e creches em Brasília, em Formosa (GO) e na Bahia para ver de perto seu funcionamento. Além disso, vão se reunir com órgãos parceiros do FNDE na merenda escolar, como os ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

O programa brasileiro atua há 55 anos e atende 47 milhões de alunos da educação básica. Hoje, 13 países mantêm acordos de cooperação técnica com o FNDE em torno da alimentação escolar, como Cabo Verde, Moçambique, Timor Leste, Colômbia e Suriname.